



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas:
 Em atendimento às obrigações legais estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, nos colocamos à disposição para esclarecimentos adicionais.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM

| (Em milhares de reais) | | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|--|----|----------------|----------------|------------|
| ATIVO | | | | |
| Circulante | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | 26.633 | 51.610 | |
| Consumidores e concessionárias | 4 | 340.117 | 374.389 | |
| Imposto de renda e Contribuição social a compensar | 5 | 4.321 | 1.758 | |
| Outros tributos compensáveis | 5 | 84.639 | 54.483 | |
| Adiantamentos a fornecedores | 7 | 12.664 | | |
| Outros créditos | | 445 | 1.971 | |
| Total do Ativo Circulante | | 468.819 | 484.211 | |
| Não circulante | | | | |
| Consumidores e concessionárias | 4 | 452 | | |
| Tributos diferidos | 6 | 487 | 1.375 | |
| Cauções e depósitos vinculados | 9 | 10.519 | 8.539 | |
| Adiantamentos a fornecedores | 7 | 17.756 | | |
| Outros créditos | | 1.003 | 144 | |
| | | 30.217 | 10.058 | |
| Investimentos | 10 | 420 | 490 | |
| Imobilizado | | 422 | 161 | |
| Intangível | 11 | 4.442 | 2.573 | |
| | | 5.284 | 3.134 | |
| Total do Ativo Não circulante | | 35.501 | 13.192 | |
| TOTAL DO ATIVO | | 504.320 | 497.403 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais, exceto quando indicado) | | Nota | 2018 | 2017 |
|---|--|------|--------------------|--------------------|
| Receitas | | 16 | 3.997.735 | 3.552.777 |
| Custo do serviço de energia elétrica | | 17 | (3.810.350) | (3.384.314) |
| Custo com energia elétrica | | | (5.023) | (6.449) |
| Custo de operação | | | (673) | |
| Custo do serviço prestado a terceiros | | | (3.816.046) | (3.390.763) |
| Lucro bruto | | | 181.689 | 162.014 |
| Despesas e Receitas operacionais | | 17 | | |
| Despesas com vendas | | | 641 | (382) |
| Despesas gerais e administrativas | | | (11.496) | (10.982) |
| Outras despesas e receitas operacionais | | | (127) | (310) |
| | | | (10.982) | (11.674) |
| Lucro antes do resultado financeiro e tributos | | | 170.707 | 150.340 |
| Resultado financeiro | | 18 | | |
| Receitas financeiras | | | 10.210 | 6.658 |
| Despesas financeiras | | | (1.825) | (1.352) |
| | | | 8.385 | 5.306 |
| Lucro antes dos tributos sobre o Lucro | | | 179.092 | 155.646 |
| Tributos sobre o lucro | | 19 | | |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | | | (58.480) | (49.617) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | | | (1.155) | (990) |
| | | | (59.635) | (50.607) |
| Resultado líquido do exercício | | | 119.457 | 105.039 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais) | | 2018 | 2017 |
|--|--|----------------|----------------|
| Resultado líquido do exercício | | 119.457 | 105.039 |
| Resultado abrangente do exercício | | 119.457 | 105.039 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais) | | 2018 | 2017 |
|--|--|--------------------|--------------------|
| Geração do valor adicionado | | 4.503.714 | 4.013.372 |
| Receita operacional | | 4.500.242 | 4.013.144 |
| Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD | | 641 | (382) |
| Receita relativa à construção de ativos próprios | | 2.831 | 582 |
| Outras receitas | | | 28 |
| (-) Insumos adquiridos de terceiros | | (4.203.494) | (3.735.502) |
| Custos da energia comprada | | (4.178.166) | (3.713.199) |
| Encargos de uso da rede elétrica | | (16.193) | (15.581) |
| Materiais | | (342) | (93) |
| Serviços de terceiros | | (7.728) | (5.534) |
| Outros custos operacionais | | (1.065) | (1.095) |
| Valor adicionado bruto | | 300.220 | 277.870 |
| Retenções | | | |
| Depreciações e amortizações | | (701) | (694) |
| Valor adicionado líquido produzido | | 299.519 | 277.176 |
| Valor adicionado recebido em transferência | | | |
| Receitas financeiras | | 10.948 | 8.067 |
| Valor adicionado total a distribuir | | 310.467 | 285.243 |
| Distribuição do valor adicionado | | | |
| Pessoal | | | |
| Remuneração direta | | 6.650 | 7.243 |
| Benefícios | | 1.654 | 1.169 |
| FGTS | | 318 | 686 |
| Impostos, taxas e contribuições | | | |
| Federais | | 79.798 | 61.330 |
| Estaduais | | 100.070 | 107.772 |
| Municipais | | 40 | 98 |
| Remuneração de capitais de terceiros | | | |
| Juros | | 1.825 | 1.352 |
| Aluguéis | | 655 | 554 |
| Remuneração de capital próprio | | | |
| Juros sobre capital próprio | | 3.730 | 5.457 |
| Dividendos | | | 20.233 |
| | | 194.740 | 205.894 |
| Lucros retidos | | 115.727 | 79.349 |
| | | 310.467 | 285.243 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional
 A EDP - Comercialização e Serviços de Energia Ltda. (Empresa ou EDP Comercializadora), sociedade empresária limitada, controlada integral da EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil), com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 1º de novembro de 2000 e tem como objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica, compreendendo a compra, a importação, a exportação e a venda de energia elétrica a outros comercializadores, a consumidores que tenham livre opção de escolha do fornecedor e a outros agentes permitidos pela legislação; (ii) prestar serviços de consultoria e assessoria em gestão empresarial, técnica e comercial incluindo a gestão de empreendimentos relacionados a energia elétrica, no Brasil e/ou exterior; e (iii) participar em outras sociedades como sócia.

2 Base de preparação
2.1 Declaração de conformidade
 As demonstrações financeiras da Empresa estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards - IFRS*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.
 A Administração avaliou a capacidade da Empresa em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Empresa não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, essas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.
 A Administração da Empresa afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.
 A Diretoria da Empresa autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 31 de janeiro de 2019.
2.2 Práticas contábeis
 As práticas contábeis relevantes da Empresa estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.
2.3 Base de mensuração
 As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 20.1.1.
2.3.1 Mensuração dos contratos de comercialização de energia
 Os contratos celebrados pela Empresa visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.
 Adicionalmente, a Companhia avaliou seus contratos, sob a ótica do CPC 48, no que se refere a compra e venda de item não financeiro (energia) que podem ser liquidados pelo seu valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro não identificando impactos relevantes a serem registrados ou divulgados.
2.4 Uso de estimativa e julgamento
 Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Empresa se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quando a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.
 As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da CCEE (Nota 4); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 20.1.2); e Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 14.1).
2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação
 A moeda funcional da Empresa é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.
2.6 Redução ao valor recuperável
 A Administração da Empresa revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo a mesma reconhecida em contrapartida do resultado.
 Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo a mesma também reconhecida no resultado.
Ativo financeiro
 São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.
Ativo não financeiro
 O teste de recuperabilidade dos ativos é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Empresa identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.
 O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

| (Em milhares de reais) | | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|--|------|----------------|----------------|
| PASSIVO | | | | |
| Circulante | | | | |
| Fornecedores | | 12 | 295.595 | 353.990 |
| Imposto de renda e Contribuição social a recolher | | 5 | | 468 |
| Outros tributos a recolher | | 5 | 9.016 | 9.316 |
| Dividendos | | 13 | 3.171 | 24.872 |
| Adiantamentos de clientes | | 7 | 12.664 | |
| Outras contas a pagar | | | 2.440 | 2.818 |
| Total do Passivo Circulante | | | 322.886 | 391.468 |
| Não circulante | | | | |
| Tributos diferidos | | 6 | 136 | |
| Adiantamentos de clientes | | 7 | 17.756 | |
| Outras contas a pagar | | | 1.114 | 291 |
| Total do Passivo Não circulante | | | 19.006 | 291 |
| PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | |
| Capital social | | 15.1 | 26.217 | 26.217 |
| Reservas de lucros | | 15.3 | 136.211 | 79.431 |
| Total do Patrimônio líquido | | | 162.428 | 105.648 |
| TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | 504.320 | 497.403 |

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

| (Em milhares de reais) | | Capital social | Reservas de lucros | Lucros (Prejuízos) acumulados | Total |
|---|--|----------------|--------------------|-------------------------------|----------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2016 | | 26.217 | 77.327 | (5.549) | 97.995 |
| Dividendo adicional aprovado - RQ de 11/07/2017 | | | (27.200) | | (27.200) |
| Dividendo adicional aprovado - RQ de 20/10/2017 | | | (44.496) | | (44.496) |
| Lucro líquido do exercício | | | | 105.039 | 105.039 |
| Destinação do lucro | | | | | |
| Dividendos intermediários (JSCP) | | | | (5.457) | (5.457) |
| Dividendos complementares obrigatórios | | | | (20.233) | (20.233) |
| Dividendos adicionais propostos | | | | (73.800) | (73.800) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | | 26.217 | 73.800 | 79.431 | 105.648 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2017 | | 26.217 | 79.431 | (520) | (520) |
| Adoção inicial CPC 48 - 01/01/2018 (Nota 2.7.2.2) | | | | | |
| Saldos em 1º de janeiro de 2018 | | 26.217 | 79.431 | (520) | 105.128 |
| Absorção de adoção inicial - CPC 48 | | | (520) | 520 | |
| Reversão de dividendos | | | 15.373 | | 15.373 |
| Dividendo adicional aprovado - RQ de 25/04/2018 | | | (73.800) | | (73.800) |
| Lucro líquido do exercício | | | | 119.457 | 119.457 |
| Destinação do lucro | | | | | |
| Reserva de retenção de lucros | | | 115.727 | | 115.727 |
| Dividendos intermediários (JSCP) | | | | (3.730) | (3.730) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2018 | | 26.217 | 136.211 | - | 162.428 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

| (Em milhares de reais) | | Nota | 2018 | 2017 |
|--|--|------|-----------------|------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | | |
| Lucro antes dos tributos sobre o Lucro | | | 179.092 | 155.646 |
| Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais | | | | |
| Impostos diferidos | | | (131) | |
| Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD | | | (641) | 382 |
| Depreciações e amortizações | | | 701 | 694 |
| Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados | | | | 13 |
| Ganhos e perdas na alienação/desativação de bens e direitos | | | | (28) |
| Provisões (reversões) e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas | | | 127 | 338 |
| Ajuste a valor presente | | | 100 | |
| Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária | | | (2.922) | (51) |
| Impostos e contribuições sociais - atualização monetária | | | (87) | (516) |
| | | | 176.239 | 156.478 |
| (Aumento) diminuição de ativos operacionais | | | | |
| Consumidores e concessionárias | | | 34.361 | (134.528) |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | | | 48.507 | 25.968 |
| Outros tributos compensáveis | | | (30.156) | (13.883) |
| Cauções e depósitos vinculados | | | 942 | (1.278) |
| Adiantamentos a fornecedores | | | (30.420) | |
| Outros ativos operacionais | | | 667 | 5.478 |
| | | | 23.901 | (118.243) |
| Aumento (diminuição) de passivos operacionais | | | | |
| Fornecedores | | | (58.395) | 139.152 |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | | | (59.507) | (47.715) |
| Outros tributos a recolher | | | (300) | 1.992 |
| Provisões | | | (127) | (338) |
| Adiantamentos de clientes | | | 30.420 | |
| Outros passivos operacionais | | | (75) | (575) |
| | | | (87.984) | 92.516 |
| Caixa proveniente das atividades operacionais | | | 112.156 | 130.751 |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | | (50.983) | (29.310) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | | 61.173 | 101.441 |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | | |
| Aquisição de investimento | | | (20) | |
| Adições ao Imobilizado e Intangível | | | (2.831) | (582) |
| Alienação de bens e direitos | | | | 28 |
| | | | (2.851) | (554) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | | | |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | | |
| Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos | | | (83.299) | (94.609) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | | 21.1 | (83.299) | (94.609) |
| (Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | | | (24.977) | 6.278 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | | 26.633 | 51.610 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | | 51.610 | 45.332 |
| | | | (24.977) | 6.278 |

Classificação e mensuração

O CPC 48 apresenta uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

Com relação aos passivos financeiros, a principal alteração relacionada aos requerimentos já estabelecidos pelo CPC 38 requer que a mudança no valor justo do passivo financeiro designado ao valor justo seja atribuível a mudanças no risco de crédito daquele passivo, sendo apresentada em outros resultados abrangentes e não na demonstração do resultado, a menos que tal reconhecimento resulte em uma incompatibilidade na demonstração do resultado.

Já para os ativos financeiros, o pronunciamento simplifica o modelo de mensuração anterior e estabelece três categorias de classificação: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Empresa alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo nas demonstrações financeiras:

| | Classificação CPC 38 | Classificação CPC 48 |
|--|----------------------------------|-----------------------------|
| Cauções e depósitos vinculados | Ativos mantidos até o vencimento | Custo amortizado |
| Bancos conta movimento (Caixa e Equivalentes de caixa) | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Consumidores e concessionárias | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |
| Partes relacionadas (Outros créditos) | Empréstimos e recebíveis | Custo amortizado |

Redução ao valor recuperável

O CPC 48 substituiu o modelo de perdas incorridas por um modelo prospectivo de perdas esperadas. Esta nova abordagem exige um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas. O novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases: (i) Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e (ii) Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A norma também propôs a aplicação do expediente prático para os ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, com uma abordagem simplificada cuja perda esperada será realizada com uma matriz por idade de vencimento das contas a receber.

Para as rubricas de Consumidores e Concessionárias e Outros créditos, a Administração da Empresa decidiu pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando, quando aplicável, em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros. Para os demais ativos financeiros, a Empresa não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

Após as devidas análises, a Empresa identificou os seguintes ajustes realizados em contrapartida da rubrica de Lucros acumulados no Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018:

| | Nota | Saldo em 31/12/2017 | Ajustes adoção inicial (CPC 48) | Saldo em 1º de janeiro de 2018 |
|--------------|-------------|----------------------------|--|---------------------------------------|
| PECLD | 4.1 | (3.929) | (787) | (4.716) |
| Total | | (3.929) | (787) | (4.716) |

Segue abaixo o detalhamento dos ajustes, incluindo os efeitos tributários:

| | Nota | PECLD (Nota 4.1) |
|--|-------------|-------------------------|
| Concessionárias | | (787) |
| (-) Imposto de renda e Contribuição social diferidos | 6.1.1 | 267 |
| Ajuste de exercícios anteriores nos Lucros acumulados | | (520) |

Para mais informações sobre a nova política para cálculo da perda esperada, vide nota 4.1

| | Valores Correntes | | | | PECLD (Nota 4.1) | Valores Renegociados | | Saldo líquido em 31/12/2018 | Saldo líquido em 31/12/2017 |
|--------------------------------|--------------------------|------------------------|--------------------|--------------------------|-------------------------|-----------------------------|------------------------|------------------------------------|------------------------------------|
| | A vencer | | Vencidas | | | Renegociada a Vencer | | | |
| | Até 60 dias | Mais de 60 dias | Até 90 dias | De 181 a 360 dias | | Até 60 dias | Mais de 60 dias | | |
| Circulante | | | | | | | | | |
| Consumidores | | | | | | | | | |
| Clientes livres | 98.663 | 553 | 292 | 2.901 | (2.901) | 88 | 689 | 100.285 | 95.155 |
| (-) Ajuste a valor presente | | | | | | (1) | (22) | (23) | - |
| Total Circulante | 98.663 | 553 | 292 | 2.901 | (2.901) | 87 | 667 | 100.262 | 95.155 |
| Concessionárias | | | | | | | | | |
| Suprimento de energia elétrica | 211.096 | 56 | 324 | 733 | (1.093) | | | 211.153 | 248.457 |
| Energia de curto prazo | 28.702 | | | | | | | 28.702 | 30.777 |
| Total Circulante | 239.798 | 56 | 324 | 733 | (1.093) | - | - | 239.855 | 279.234 |
| Total | 338.461 | 609 | 616 | 3.634 | (3.994) | 87 | 667 | 340.117 | 374.389 |

| | Valores Renegociados a vencer | | Saldo líquido em 31/12/2018 |
|-----------------------------|--------------------------------------|------------------------|------------------------------------|
| | Mais de 60 dias | | |
| | Até 60 dias | Mais de 60 dias | |
| Não Circulante | | | |
| Clientes livres | | 529 | 529 |
| (-) Ajuste a valor presente | | (77) | (77) |
| Total Não Circulante | | 452 | 452 |

4.1 Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Consumidores e Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Empresa avaliou seus históricos de recebimentos relacionados aos Consumidores e Concessionárias e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados, em sua grande maioria, por contratos de garantias financeiras na formalização de contratos bilaterais. Para os contratos sem garantia financeira a Empresa, com base nos estudos realizados, determinou o percentual de perdas esperadas de 1,17% quando do reconhecimento inicial dos recebíveis. Este percentual de perdas será revisado anualmente, no entanto, o estudo poderá ser reavaliado caso a PECLD se comporte diferente do resultado esperado.

Em relação aos montantes a receber de energia de curto prazo, os mesmos são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, a Empresa não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas mostram-se imateriais e controláveis. Segue abaixo a movimentação do exercício:

| | Saldo em 31/12/2017 | Adoção Inicial CPC 48 | PECLD esperada ao longo da vida | Saldo em 31/12/2018 |
|--------------------------------|----------------------------|------------------------------|--|----------------------------|
| Consumidores | | | | |
| Clientes livres | (2.879) | | (22) | (2.901) |
| Concessionárias | | | | |
| Suprimento de energia elétrica | (1.050) | (787) | 744 | (1.093) |
| Total Circulante | (3.929) | (787) | 722 | (3.994) |

A exposição da Empresa a riscos de crédito está divulgada na nota 20.2.3.

5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

| | Valor líquido em 31/12/2017 | Adição | Atualização monetária | Adiantamentos/ Pagamentos | Transfe-rência | Valor líquido em 31/12/2018 |
|--|------------------------------------|----------------|------------------------------|----------------------------------|-----------------------|------------------------------------|
| Ativos compensáveis | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social a compensar | 1.758 | 10.426 | 102 | 48.610 | (56.575) | 4.321 |
| Total Circulante | 1.758 | 10.426 | 102 | 48.610 | (56.575) | 4.321 |
| Outros tributos compensáveis | | | | | | |
| PIS e COFINS | 33.294 | 411.325 | | (398.191) | | 46.428 |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 1.079 | 557 | | | | 1.636 |
| IR/CS retidos sobre faturamento | 11.698 | 16.465 | | | | 28.163 |
| Outros | 8.412 | | | | | 8.412 |
| Total do Circulante | 54.483 | 428.347 | - | (398.191) | - | 84.639 |
| Passivos a recolher | | | | | | |
| Imposto de renda e contribuição social a recolher | 468 | 58.480 | | (2.373) | (56.575) | - |
| Total Circulante | 468 | 58.480 | - | (2.373) | (56.575) | - |
| Outros tributos a recolher | | | | | | |
| ICMS | 7.566 | 96.860 | | (96.893) | | 7.533 |
| PIS e COFINS | 743 | 402.795 | 15 | (4.721) | (398.191) | 641 |
| Tributos sobre serviços prestados por terceiros | 40 | 232 | | (177) | | 95 |
| IRRF sobre juros s/ capital próprio | 819 | 559 | | (819) | | 559 |
| Encargos com pessoal | 148 | | | | | 148 |
| Outros | - | 44 | | (4) | | 40 |
| Total do Circulante | 9.316 | 500.490 | 15 | (102.614) | (398.191) | 9.016 |

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Empresa apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Empresa pague ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

| | Relacionamento | Duração | Ativo | | Passivo | | Receitas (Despesas) | |
|---|-----------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------|-------------------|-----------------------|----------------------------|------------------|
| | | | Circulante | Não circulante | Circulante | Não circulante | Operacionais | |
| | | | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 2017 |
| Consumidores e concessionárias (Nota 4) | | | | | | | | |
| Venda de Energia Elétrica | | | | | | | | |
| Enerpeixe | Controle comum | 01/05/2017 a 31/12/2017 | | 6.138 | | | | 48.502 |
| Enerpeixe | Controle comum | 01/07/2018 a 31/12/2018 | 5.143 | | | | 30.521 | |
| Lajeado | Controle comum | 01/01/2017 a 31/12/2017 | | 12.668 | | | | 147.927 |
| Lajeado | Controle comum | 01/01/2018 a 31/12/2018 | 9.091 | | | | 130.936 | |
| Santa Fé | Controle comum | 01/01/2017 a 31/12/2017 | | 403 | | | | 7.432 |
| Santa Fé | Controle comum | 01/01/2018 a 31/12/2018 | | | | | 1.328 | |
| EDP Espírito Santo | Controle comum | 01/05/2014 a 31/12/2019 | 23 | 21 | | | 238 | 291 |
| Cachoeira Caldeirão | Controle comum | 01/03/2017 a 31/12/2017 | | 1.577 | | | | 29.591 |
| Cachoeira Caldeirão | Controle comum | 01/07/2018 a 31/12/2018 | 2.735 | | | | 16.229 | |
| Energest | Controle comum | 01/01/2013 a 31/12/2022 | 2.121 | 3.100 | | | 31.709 | 18.399 |
| Energest | Controle comum | 01/01/2013 a 31/12/2017 | | | | | | 12.342 |
| Porto do Pecém | Controle comum | 01/01/2016 a 31/12/2017 | | 12.723 | | | | 264.915 |
| Porto do Pecém | Controle comum | 01/01/2018 a 31/12/2018 | 7.720 | | | | 263.567 | |
| ECE Participações | Controle comum | 01/01/2018 a 31/12/2018 | 3.646 | | | | 21.639 | |
| EDP PCH | Controle comum | 01/01/2017 a 31/12/2018 | | 2.824 | | | 13.183 | 16.485 |
| São Manoel | Controle comum | Indeterminado | 1.823 | | | | 10.819 | |
| Total | | | 32.302 | 39.454 | - | - | - | - |
| Fornecedores (Nota 12) | | | | | | | | |
| Suprimento de energia elétrica | | | | | | | | |
| Energest | Controle comum | 01/01/2013 a 31/12/2022 | | 16.598 | 8.327 | | (133.519) | (93.870) |
| Energest | Controle comum | 01/01/2013 a 31/12/2017 | | | 2.410 | | (27.174) | |
| Energest | Controle comum | 01/01/2016 a 31/12/2017 | | | 1.662 | | (17.262) | |
| Costa Rica | Controle comum | 01/01/2016 a 31/12/2018 | | 1.440 | 1.150 | | (17.656) | |
| Lajeado | Controle comum | 12/12/2001 a 31/12/2022 | | 19.408 | 18.847 | | (184.101) | (177.435) |
| Lajeado | Controle comum | 01/11/2018 a 30/11/2018 | | | | | (11.582) | |
| ECE Participações | Controle comum | 01/07/2017 a 31/12/2017 | | | | 208 | | (1.235) |
| Santa Fé | Controle comum | 01/01/2017 a 31/03/2017 | | | | | | (5.400) |
| Enerpeixe | Controle comum | 01/01/2016 a 31/12/2018 | | 6.644 | 25.659 | | (71.114) | (300.254) |
| Enerpeixe | Controle comum | 01/01/2016 a 31/12/2019 | | 22.933 | | | (247.748) | |
| Cachoeira Caldeirão | Controle comum | 01/07/2017 a 31/12/2017 | | 4.803 | | | | (28.503) |
| Central Eólica Baixa do Feijão I | Partes Relacionadas | 24/01/2018 a Indeterminado | | 306 | | | (4.469) | |
| Central Eólica Baixa do Feijão II | Partes Relacionadas | 24/01/2018 a Indeterminado | | 306 | | | (4.657) | |
| Central Eólica Baixa do Feijão III | Partes Relacionadas | 24/01/2018 a Indeterminado | | 306 | | | (4.469) | |
| Central Eólica Baixa do Feijão IV | Partes Relacionadas | 24/01/2018 a Indeterminado | | 306 | | | (4.324) | |
| Central Eólica Jaú | Partes Relacionadas | 24/01/2018 a Indeterminado | | 282 | | | (2.223) | |
| Central Eólica Aventura | Partes Relacionadas | 24/01/2018 a Indeterminado | | 120 | | | (954) | |
| EDP PCH | Controle comum | 01/04/2016 a 31/12/2022 | | | 78 | | (814) | (818) |
| EDP PCH | Controle comum | 01/01/2018 a 31/12/2018 | | | | | (52.048) | |
| EDP PCH | Controle comum | 01/01/2017 a 31/12/2017 | | | 2.824 | | | (43.557) |
| São Manoel | Controle comum | 01/05/2018 a 31/12/2038 | | 2.534 | | | (23.561) | |
| Uso do sistema de transmissão | | | | | | | | |
| EDP PCH | Controle comum | 01/01/2018 a 31/12/2018 | | | | | 161 | |
| Lajeado | Controle comum | 01/01/2003 a 16/12/2032 | | 1.809 | 1.750 | | (16.193) | (15.581) |
| Total | | | - | - | - | - | (761.615) | (728.745) |
| Outros créditos e Outras contas a pagar | | | | | | | | |
| Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos (a) | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | 01/01/2018 a 31/12/2019 | | | 70 | | 22 | (4.219) |
| Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura (b) | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | 01/01/2015 a 31/12/2018 | | 144 | | 46 | 42 | (561) |
| Opções de ações outorgadas da controladora | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | 15/06/2016 a 18/06/2023 | | | | 154 | 227 | (70) |
| Prestação de serviços (c) | | | | | | | | |
| Porto do Pecém | Controle Comum | 01/07/2017 a 31/12/2021 | | 18 | | | | 18 |
| Indenização lucros cessantes | | | | | | | | |
| EDP Espírito Santo | Controle Comum | 30/04/2017 | | | | | | (122) |
| Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice (d) | | | | | | | | |
| EDP - Energias do Brasil | Controladora | 01/01/2018 a 31/12/2019 | | | 918 | | 913 | (942) |
| Total | | | - | 18 | 988 | 144 | - | 1.113 |
| Total | | | 32.302 | 39.472 | 988 | 144 | 72.992 | 67.718 |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado. As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 22.2). As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro. **(a) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos:** Até 31 de dezembro de 2017 esteve vigente o Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos firmado entre a EDP - Energias do Brasil, controladora da Empresa, e demais partes relacionadas pertencentes ao mesmo Grupo Econômico. A partir de 1º de janeiro de 2018 a EDP - Energias do Brasil é responsável pela contratação do novo Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos que contemplam as atividades das áreas corporativas. O contrato foi anuído pela ANEEL por meio do Despacho nº 1.329, publicado em 14 de junho de 2018, e aprova o compartilhamento de recursos humanos entre a EDP - Energias do Brasil e as partes relacionadas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. O novo contrato possui vigência até 31 de dezembro de 2019 e foi implementado utilizando o critério regulatório definido na Resolução Normativa ANEEL nº 699/16. O novo critério aloca os gastos com pessoal de maneira proporcional ao Ativo Imobilizado Bruto (AIB), ponderada por um fator definido para cada segmento (distribuição e geração), excluídos os gastos da *holding* e da EDP Comercializadora, que são compartilhados de forma preditiva. **(b) Contratos de Compartilhamento dos Serviços de Infraestrutura:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com a locação do imóvel, gastos condominiais e gastos de telecomunicações da sede da *holding* EDP - Energias do Brasil em São Paulo, onde a Empresa possui instalada sua matriz. O contrato tem vigência de 48 meses contados a partir de 1º de janeiro de 2015 e não necessita de ser submetido à anuência prévia da ANEEL, pois as partes não são delegatárias do serviço público de energia elétrica, conforme estabelecido na Resolução Normativa nº 334/08, válida à época da celebração do contrato, que regulamenta os atos e negócios jurídicos entre partes relacionadas.

(c) Contrato de prestação de serviços: O contrato tem como objetivo a prestação de serviços na gestão de contratos de energia, processos de contratação de energia, suporte técnico nas análises da compra de energia, na necessidade de compras futuras e orientação do processo de compra, definições de estratégias, elaboração de edital, análise técnica e financeira das propostas e no acompanhamento de todas as obrigações junto à CCEE. **(d) Contrato de Compartilhamento de Atividades de Backoffice:** O instrumento tem por objetivo o rateio dos gastos com materiais, prestação de serviços e outros gastos associados às atividades de *backoffice*, tais como as funções administrativas, financeiras, contábeis, jurídicas e etc.. O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente, e envolve as seguintes partes relacionadas: EDP - Energias do Brasil e suas controladas EDP São Paulo, EDP Espírito Santo, EDP Comercializadora, Energest, Investco, Lajeado, Santa Fé, EDP PCH e Porto do Pecém. Com a alienação da Santa Fé e da EDP PCH em dezembro de 2018, a partir de 2019 as mesmas estarão excluídas do compartilhamento. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL, nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/16, uma vez que o reembolso do contrato negociado não supera o limite anual baseado na receita líquida da Empresa.

8.1 Controladora direta e final

A controladora direta da Empresa é a EDP - Energias do Brasil, sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A.

8.2 Remuneração dos administradores

8.2.1 Opções de ações outorgadas da controladora

Em maio de 2016, julho de 2017 e junho de 2018, a controladora EDP - Energias do Brasil instituiu, respectivamente, o primeiro, o segundo e o terceiro planos de remuneração baseado em ações, com características semelhantes, os quais concedem outorga futura de suas ações aos seus beneficiários. Dentre os contemplados, encontram-se diretores estatutários da Empresa, sendo estimado no resultado de 2018 da mesma o montante de R\$70 (R\$186 em 2017) a ser reembolsado para a controladora no momento da outorga. Os montantes estimados apenas serão considerados como remuneração da diretoria estatutária no quadro abaixo quando da efetiva outorga das ações da controladora. A outorga das ações serão concedidas quando do cumprimento de determinadas condicionantes no prazo estimado de 3 ou 5 anos a partir do início de cada plano.

8.2.2 Remuneração anual total da Diretoria Estatutária pagos pela Empresa nos exercícios findos em 31 de dezembro

| | Diretoria Estatutária | |
|----------------------------------|-----------------------|--------------|
| | 2018 | 2017 |
| Remuneração (a) | 1.150 | 1.440 |
| Benefícios de curto prazo (b) | 48 | 5 |
| Benefícios - Previdência privada | 19 | |
| Total | 1.217 | 1.445 |

(a) É composta pela remuneração fixa e variável (bônus e participação nos resultados), além dos respectivos encargos sociais.

(b) Representa os benefícios com assistência médica e odontológica, subsídio medicamento, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

9 Cauções e depósitos vinculados

| | Saldo em | | | | Resgate | Saldo em |
|--------------------------------|----------|--------------|------------|--------------|----------------|---------------|
| | Nota | 31/12/2017 | Adição | Atualização | | |
| Depósitos judiciais | 14.1.1 | 7.261 | 336 | 2.922 | | 10.519 |
| Cauções e depósitos vinculados | | 1.278 | | 15 | (1.293) | - |
| Total Não circulante | | 8.539 | 336 | 2.937 | (1.293) | 10.519 |

10 Investimentos

Refere-se ao montante de 2002 ações da BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia, que atua nos processos de comercialização e *backoffice* dos agentes do Ambiente de Contratação Livre - ACL. O investimento está reconhecido ao custo de aquisição.

| | Saldo em | | | Saldo em |
|--|------------|------------|-----------|------------|
| | 31/12/2017 | Adições | | |
| Investimentos | | | | |
| BBCE - Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia | | 400 | 20 | 420 |
| Total | | 400 | 20 | 420 |

11 Intangível

Os ativos intangíveis estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

11.1 Composição do intangível

| | 31/12/2018 | | | | 31/12/2017 | | | |
|---------------------------------------|--------------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|--------------------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|
| | Taxas anuais médias de amortização % | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido | Taxas anuais médias de amortização % | Custo histórico | Amortização acumulada | Valor líquido |
| Intangível em serviço | | | | | | | | |
| Administração | | | | | | | | |
| Software | 20,00 | 5.385 | (4.029) | 1.356 | 24,90 | 5.385 | (3.373) | 2.012 |
| Total do intangível em Serviço | | 5.385 | (4.029) | 1.356 | | 5.385 | (3.373) | 2.012 |
| Intangível em curso | | | | | | | | |
| Software | | 3.086 | | 3.086 | | 561 | | 561 |
| Total do Intangível em Curso | | 3.086 | - | 3.086 | | 561 | - | 561 |
| Total do intangível | | 8.471 | (4.029) | 4.442 | | 5.946 | (3.373) | 2.573 |

11.2 Movimentação do intangível

| | Valor líquido em 31/12/2017 | | | Valor líquido em 31/12/2018 | | |
|---------------------------------------|-----------------------------|--------------|--------------|-----------------------------|--------------|--|
| | Ingressos | Amortizações | | Ingressos | Amortizações | |
| Intangível em serviço | | | | | | |
| Software | 2.012 | (656) | 1.356 | | | |
| Total do intangível em serviço | 2.012 | - | 1.356 | | | |
| Intangível em curso | | | | | | |
| Software | 561 | 2.525 | 3.086 | | | |
| Total do Intangível em Curso | 561 | 2.525 | 3.086 | | | |
| Total do intangível | 2.573 | 2.525 | 4.442 | | | |

12 Fornecedores

| | Circulante | | |
|----------------------------------|------------|----------------|----------------|
| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| | | | |
| Suprimento de energia elétrica | 12.1 | 291.814 | 351.582 |
| Encargos de uso da rede elétrica | | 1.809 | 1.750 |
| Materiais e serviços | | 1.972 | 658 |
| Total | | 295.595 | 353.990 |

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

12.1 Suprimento de energia elétrica

A redução no exercício no montante de R\$59.768 decorre, substancialmente, do aumento de 1,7% no volume de energia comercializada em relação à 2017 compensada pela volatilidade dos preços de mercado, que variaram entre R\$79,0/MWh e R\$505,2/MWh, associada à alta liquidez dos contratos de curto prazo.

13 Dividendos

Os dividendos e os Juros sobre o capital próprio - JSCP são reconhecidos como passivo nas seguintes ocasiões: (i) JSCP imputados aos dividendos: quando aprovados pela Resolução de Quotistas; e (ii) dividendos adicionais, intermediários ou de exercícios anteriores: quando da aprovação pela Resolução de Quotistas.

Os créditos de juros sobre o capital próprio são inicialmente registrados em despesas financeiras para fins fiscais e, concomitantemente, revertidos dessa mesma rubrica contra o patrimônio líquido. A redução dos tributos por eles gerados é reconhecida no resultado do exercício quando do seu crédito. A Resolução de Quotista realizada em 25 de abril de 2018 deliberou a destinação do lucro líquido referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 da seguinte forma: (i) R\$5.457 como JSCP, sendo R\$4.639 líquido de imposto de renda; e (ii) R\$94.033 como dividendos. Dos montantes deliberados para distribuição aos acionistas, já haviam sido contabilizados em 31 de dezembro de 2017 o montante de JSCP e R\$20.233 como dividendos, sendo complementados como dividendos na referida data o montante de R\$73.800. No decorrer de 2018 foram pagos R\$83.299, contudo, em 20 de dezembro de 2018, a Resolução de Quotistas deliberou a reversão do montante de R\$15.373 para rubrica de Reserva de retenção de lucros (Nota 15.3.1).

Em 20 de dezembro de 2018, a Resolução de Quotistas da Empresa aprovou o crédito de JSCP do exercício de 2018 no montante bruto de R\$3.730, sendo R\$3.171 líquido de imposto de renda, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Empresa, em data de pagamento a ser deliberada.

| | 31/12/2017 | Dividendos adicionais | JSCP | Pagamentos | Reversão | 31/12/2018 |
|--|--------------------------|-----------------------|--------------|-----------------|-----------------|--------------|
| | EDP - Energias do Brasil | 24.872 | 73.800 | 3.171 | (83.299) | (15.373) |
| | 24.872 | 73.800 | 3.171 | (83.299) | (15.373) | 3.171 |

14 Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

14.1 Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas

A Empresa é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Empresa. Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 não haviam processos cuja a probabilidade de perda fosse provável.

14.1.1 Risco de perda possível

| | Ativo | | | | |
|--------------|-------------------|---------------|---------------|---------------|--------------|
| | Depósito Judicial | | | | |
| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Cíveis | 14.1.1.1 | 17.222 | 14.690 | 8.321 | 5.648 |
| Fiscais | 14.1.1.2 | 20.734 | 37.375 | 1.895 | 1.613 |
| Total | | 37.956 | 52.065 | 10.216 | 7.261 |

14.1.1.1 Cíveis

A Empresa impetrou o mandado de segurança nº 0004449-79.2004.4.01.3400 com pedido de liminar contra a ANEEL, atualmente em trâmite perante a 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região em Brasília, visando a suspensão do encargo a ser destinado à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, cobrada pela Resolução da ANEEL nº 12/04, em razão da Empresa não ser mais o sujeito passivo do encargo, conforme artigo 13 da Lei nº 10.438/02 e MP nº 144/03, sendo atribuído aos consumidores finais. Em setembro de 2006 foi publicada sentença que julgou o pedido improcedente. A Empresa interpôs recurso de apelação e aguarda julgamento desde fevereiro de 2007. O montante estimado atualizado da ação em 31 de dezembro de 2018 é de R\$14.985 (R\$12.782 em 31 de dezembro de 2017) e o valor do depósito em 31 de dezembro de 2018 é de R\$8.321 (R\$5.648 em 31 de dezembro de 2017).

14.1.1.2 Fiscais

Ação judicial que discute a exigência de ICMS sobre operações de venda interestadual de energia elétrica, cujo débito foi quitado com redução significativa do valor em 31 de dezembro de 2018, em razão da adesão ao Programa de Anistia do Estado de Minas Gerais, resultando no montante pago de R\$4.025 em dezembro de 2018 (R\$17.762 em 31 de dezembro de 2017). Atualmente o processo aguarda homologação e encerramento.

Discussão administrativa acerca da cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, referente aos exercícios de 2004 a 2006, decorrentes da não homologação da compensação com créditos dos mesmos tributos. O valor atualizado desses processos em 31 de dezembro de 2018 é de R\$16.935 (R\$16.522 em 31 de dezembro de 2017). Atualmente os processos aguardam julgamento.

14.1.2 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cível cuja perda foi estimada como remota. Para estas ações o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2018 é de R\$303.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O Capital social da Empresa em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é de R\$26.217 e está representado por 26.217.027 quotas, integralmente detidas pela EDP - Energias do Brasil.

O Capital social está dividido em quotas e a responsabilidade de cada quotista é restrita ao valor de suas quotas.

15.2 Destinação do lucro

A destinação do lucro da empresa, conforme Contrato Social, será decidida pelos sócios em Resoluções de Quotistas. Adicionalmente, poderão ser deliberadas distribuição de lucros com base em Balanços Patrimoniais Intermediários.

| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|------|----------------|---------------|
| Lucro a ser destinado | | | |
| Lucro líquido apurado no exercício | | 119.457 | 105.039 |
| Lucros/Prejuízos acumulados | | | (5.549) |
| | | 119.457 | 99.490 |
| Destinação do lucro | | | |
| Dividendos intermediários - JSCP | 13 | 3.730 | 5.457 |
| Dividendos complementares obrigatórios | | | 20.233 |
| Dividendo adicional proposto | | | 73.800 |
| Reserva de lucros | 15.3 | 115.727 | |
| | | 119.457 | 99.490 |
| Dividendos por quota - R\$ - JSCP | | 0,14227 | 0,20815 |
| Dividendos por quota - R\$ - Dividendos propostos | | | 0,77175 |

15.3 Reservas de lucros

| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|------------------------------|---------------|----------------|---------------|
| Legal | | | 5.631 |
| Retenção de lucros | 15.2 e 15.3.1 | 130.580 | |
| Dividendo adicional proposto | 15.3.2 | | 73.800 |
| | | 136.211 | 79.431 |

15.3.1 Retenção de lucros

O saldo em 31 de dezembro de 2018 é composto: (i) da constituição de reserva decorrente do resultado do exercício de 2018 no montante de R\$115.727 (Nota 15.2); (ii) da constituição de reserva decorrente de reversão de dividendos no montante de R\$15.373 (Nota 13); e (iii) da absorção da reserva no montante de R\$520 relativa aos ajustes da adoção inicial do CPC 48 (Nota 2.7.2.2).

15.3.2 Dividendo adicional proposto

Refere-se à parcela do lucro líquido do exercício a ser deliberada em Resolução de Quotistas. É constituída conforme ICPC 08 (R1) e poderá ser destinada para pagamento de dividendos, retenção de lucros ou para aumento de capital.

O saldo em 31 de dezembro de 2017 de R\$73.800 foi distribuído como dividendos adicionais (Nota 13) conforme deliberação da Resolução de Quotistas de 25 de abril de 2018.

16 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Empresa, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Empresa, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Empresa reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Comercialização de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na quantidade de energia vendida e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Empresa poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia comprada é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD.

| | Nota | 2018 | 2017 |
|---|------|------------------|------------------|
| Energia de curto prazo | | | |
| Comercialização de energia elétrica | | 50.697 | 137.368 |
| Outras receitas operacionais | 16.1 | 4.448.950 | 3.873.078 |
| Receita operacional bruta | | 4.500.242 | 4.013.144 |
| (-) Deduções à receita operacional | | | |
| Tributos sobre a receita | | (100.065) | (107.757) |
| ICMS | | (402.435) | (352.512) |
| PIS/COFINS | | (7) | (98) |
| ISS | | (502.507) | (460.367) |
| | | 3.997.735 | 3.552.777 |

Recargas

16.1 Comercialização de energia elétrica

O aumento no exercício de 2018 de R\$575.872 é decorrente, substancialmente: (i) do aumento do volume da energia comercializada de 1,7%; (ii) da volatilidade dos preços de mercado (variaram entre R\$79,0/MWh e R\$505,2/MWh), associada à alta liquidez; (iii) do maior volume de energia disponível no mercado, proveniente das descontrações de energia das distribuidoras por meio dos Mecanismos de Compensação de Sobras e Débitos - MCSU ou acordos bilaterais; (iv) da estratégia de sazonalização de energia da comercializadora, utilizado para ajustar a curva de volume energético do ano; e (v) do posicionamento estratégico em diferentes submercados devido ao descolamento de preço.

17 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros. A Empresa classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Empresa.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo do serviço de energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à operação da Empresa, tais como, compra de energia elétrica para revenda e encargos de transmissão; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Empresa representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada para créditos de liquidação duvidosa e gastos gerais administrativos.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

| | 2018 | | | | | | |
|--|--------------------------------------|----------------------|-------------|-------------------------|------------|--------------------------|-----------|
| | Custo do serviço de energia elétrica | | | Despesas operacionais | | | |
| | Nota | Com energia elétrica | De operação | De Prestado a terceiros | Com vendas | Gerais e administrativas | Outras |
| Energia elétrica comprada para revenda | 17.1 | 3.791.886 | | | | | 3.791.886 |
| Encargos de uso da rede elétrica | | 14.695 | | | | | 14.695 |
| Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada | | | 2.825</ | | | | |

**NOTAS EXPLICATIVAS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

20.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Empresa:

| | Nota | Níveis | Valor justo | | Valor contábil | |
|--|------|---------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | | 31/12/2018 | 31/12/2017 | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Ativos financeiros | | | | | | |
| Valor justo por meio do resultado | | | | | | |
| No reconhecimento inicial ou subsequentemente | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | | | | | |
| Aplicações financeiras | | Nível 2 | 24.741 | 48.112 | 24.741 | 48.112 |
| | | | 24.741 | 48.112 | 24.741 | 48.112 |
| Custo amortizado | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3 | | | | | |
| Bancos conta movimento | | Nível 2 | 1.892 | 3.498 | 1.892 | 3.498 |
| Consumidores e concessionárias | 4 | Nível 2 | 340.569 | 374.389 | 340.569 | 374.389 |
| Cauções e depósitos vinculados | 9 | Nível 2 | 1.278 | 1.278 | | |
| Outros créditos - Partes relacionadas | 8 | Nível 2 | 988 | 162 | 988 | 162 |
| | | | 343.449 | 379.327 | 343.449 | 379.327 |
| Total | | | 368.190 | 427.439 | 368.190 | 427.439 |
| Passivos Financeiros | | | | | | |
| Custo amortizado | | | | | | |
| Fornecedores | 12 | Nível 2 | 295.595 | 353.990 | 295.595 | 353.990 |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas | 8 | Nível 2 | 31.534 | 291 | 31.534 | 291 |
| Total | | | 327.129 | 354.281 | 327.129 | 354.281 |

20.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Empresa avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• Custo amortizado

Se a Empresa, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Se a Empresa, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• Valor justo por meio do resultado (VJR)

Se a Empresa possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Empresa desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

20.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Empresa também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Empresa desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Empresa.

20.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Empresa projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Empresa e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

As operações com instrumentos financeiros da Empresa que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros aproximam-se ao seu valor contábil.

20.1.2.1 Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Empresa. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Empresa:

- (a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- (c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

20.2 Gestão de risco

A política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil abrange todas as suas unidades de negócios e está alinhada à estratégia do Grupo EDP em suas operações no mundo. Cabe ao Comitê de Risco, garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Empresa, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

Desde 2006 o Grupo EDP – Energias do Brasil desenvolveu processos para monitoramento e avaliação dos riscos corporativos. A partir de 2010, foram criados novos métodos e um novo dicionário de riscos, tendo sido o mesmo consolidado em 2011 como uma Norma de Risco Corporativo, e mantida atualizada desde então.

A gestão de riscos corporativos é baseada nos melhores modelos de governança tais como COSO ERM – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* e ISO 31.000. A gestão integrada de riscos atua como facilitadora no processo de gestão integrada de riscos, auxiliando na identificação, classificação, avaliação e gerenciamento dos riscos e tem como objetivo assegurar que os diversos riscos inerentes a cada uma das áreas da empresa sejam geridos por seus responsáveis e reportados periodicamente à Diretoria da Empresa.

O Comitê de Risco é composto por 3 *“Risk Officers”* separados por natureza dos Riscos (Estratégicos, Energético/Regulatório, Financeiros e Operacionais) e pela Diretoria Executiva.

O Comitê de Risco realiza reportes periódicos para o Comitê de Auditoria para o acompanhamento das atividades da Gestão de Risco. Além disso, no sentido de potencializar sinergias de governança entre a função de Gestão de Risco, Auditoria Interna e *Compliance*, estas funções encontram-se reunidas em uma mesma diretoria.

20.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros. Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa não possui riscos de mercado associados a dívida.

20.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Empresa. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Empresa em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Empresa, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Empresa, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

| Operação | Risco | Aging cenário | | | | | |
|--|------------|---------------|--------------|--|---|--|---|
| | | Até 1 ano | Provável | Cenário (II) Aumento do risco em 25% | Cenário (III) Aumento do risco em 50% | Cenário (IV) Redução do risco em 25% | Cenário (V) Redução do risco em 50% |
| Aplicação financeira - CDB | CDI | 1.582 | 1.582 | 395 | 791 | (395) | (791) |
| Instrumentos financeiros ativos | CDI | 1.582 | 1.582 | 395 | 791 | (395) | (791) |

A curva futura do indicador financeiro CDI está em acordo com o projetado pelo mercado e alinhada com a expectativa da Administração da Empresa. O CDI apresentou seu intervalo entre 6,4% e 8,6% a.a.

20.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Empresa em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Empresa em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Quando necessário, a Administração da Empresa somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional.

Os ativos financeiros mais expressivos da Empresa são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Consumidores e concessionárias (Nota 4). A Empresa, em 31 de dezembro de 2018 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Para a rubrica de Fornecedores - Suprimento de Energia, as garantias (Nota 22.2) estão vinculadas, em sua maioria, aos recebíveis da Empresa, passíveis de alteração decorrente de eventuais perdas de crédito nestes recebíveis. Essas garantias contratuais são o máximo que a Empresa pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

A Empresa também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2018, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Empresa espera liquidar as respectivas obrigações.

| Passivos Financeiros | 31/12/2018 | | | | | 31/12/2017 |
|---|----------------|----------------|--------------------|---------------|----------------|----------------|
| | Até 1 mês | De 1 a 3 meses | De 3 meses a 1 ano | De 1 a 5 anos | Total | Total |
| Fornecedores | 295.465 | | 52 | 78 | 295.595 | 353.990 |
| Outras contas a pagar - Partes relacionadas | | | | 18.870 | 31.534 | 291 |
| | 295.465 | | 52 | 12.742 | 18.870 | 327.129 |
| | | | | | 327.129 | 354.281 |

20.2.3 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Empresa não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Consumidores e Concessionárias

As comercializações de energia são geradas a partir de leilões e contratos bilaterais, todos devidamente registrados na CCEE. Estes mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Empresa em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. Contudo, a Empresa possui uma política focada na mitigação do risco de crédito que consiste na identificação de *rating* de crédito junto ao cliente proponente, sendo atribuída uma nota para a saúde financeira da contraparte (separadas em A, B, C, D e E) que leva em consideração, dentre outros aspectos, a análise das demonstrações financeiras da contraparte associada a uma probabilidade de *default*. Para cada *rating* de crédito são estabelecidos prazos máximos de contratos e garantias financeiras, sendo que, quanto pior o *rating* da contraparte, menor serão os prazos de contratos e mais líquidas serão as garantias financeiras.

Os créditos de todos os clientes e a sua exposição aos diversos setores da economia são avaliados periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras também são orientadas pela mesma política citada acima, estabelecendo condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Empresa, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Empresa opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Segue abaixo os montantes de aplicações financeiras segregadas por classificação de riscos:

| | Nota | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|--------|---------------|---------------|
| Classificação da instituição financeira | | | |
| AAA | | 14.734 | 46.085 |
| AA | | 10.007 | 2.027 |
| | 20.1.1 | 24.741 | 48.112 |

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Empresa a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

20.2.4 Risco regulatório

As atividades da Empresa são regulamentadas por órgãos relacionados ao setor de energia (MME, CCEE etc.). A Empresa tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Empresa atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

20.2.5 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Empresa para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

21 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

21.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

| | Nota | 2018 | | | Saldo em 31/12/2017 |
|---|------|---------------------|-----------------|---------------------------------|---------------------|
| | | Saldo em 31/12/2017 | Efeito caixa | Efeito não caixa Adições/baixas | |
| Aumento (diminuição) de passivos financiamento | 15.1 | | | | |
| Dividendos | 13 | 24.872 | (83.299) | 61.598 | 3.171 |
| | | 24.872 | (83.299) | 61.598 | 3.171 |

| | Nota | 2017 | | | Saldo em 31/12/2016 |
|---|------|---------------------|-----------------|---------------------------------|---------------------|
| | | Saldo em 31/12/2016 | Efeito caixa | Efeito não caixa Adições/baixas | |
| Aumento (diminuição) de passivos financiamento | | | | | |
| Dividendos | | 22.914 | (94.609) | 96.567 | 24.872 |
| | | 22.914 | (94.609) | 96.567 | 24.872 |

21.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
|---|--------------|---------------|
| Constituição de dividendos e JSCP a pagar | 3.171 | 24.871 |
| Total | 3.171 | 24.871 |

22 Compromissos contratuais e Garantias

22.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2018 a Empresa apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Empresa, atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa que corresponde o custo médio de capital (WACC) da Empresa.

| | 31/12/2018 | | | | | 31/12/2017 |
|---|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2019 | 2020 a 2021 | 2022 a 2023 | A partir de 2024 | Total geral | Total geral |
| Responsabilidades com locações operacionais | 10 | 9 | | | 19 | 479 |
| Obrigações de compra | | | | | | |
| Compra de Energia | 1.818.211 | 1.747.958 | 726.653 | 1.806.186 | 6.099.008 | 7.094.415 |
| Materiais e serviços | 4.383 | 2.197 | 509 | 3 | 7.092 | 8.447 |
| | 1.822.604 | 1.750.164 | 727.162 | 1.806.189 | 6.106.119 | 7.103.341 |

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2018, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

| | 31/12/2018 | | | | | 31/12/2017 |
|---|------------------|------------------|----------------|------------------|------------------|------------------|
| | 2019 | 2020 a 2021 | 2022 a 2023 | A partir de 2024 | Total geral | Total geral |
| Responsabilidades com locações operacionais | 10 | 10 | | | 20 | 386 |
| Obrigações de compra | | | | | | |
| Compra de Energia | 1.818.211 | 1.869.894 | 916.042 | 4.026.638 | 8.630.785 | 6.354.792 |
| Materiais e serviços | 4.383 | 2.294 | 569 | 7 | 7.253 | 6.816 |
| | 1.822.604 | 1.872.198 | 916.611 | 4.026.645 | 8.638.058 | 6.361.994 |

22.2 Garantias

| Tipo de garantia | Modalidade | Limite máximo garantido | |
|-------------------|---|-------------------------|----------------|
| | | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| Seguro de vida | Aval de acionista | 6.102 | 6.444 |
| Ações judiciais | (i) Fiança Bancária e (ii) Seguro garantia. | 23.170 | 29.250 |
| Compra de energia | (i) Depósito Caucionado, (ii) Fiança Bancária, (iii) Fiança Corporativa e (iv) Seguro garantia. | 676.671 | 491.880 |
| Outros | Seguro garantia | 9 | 9 |
| | | 705.943 | 527.583 |

23 Cobertura de seguros

A Empresa mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

| | 31/12/2018 | | 31/12/2017 | |
|------------------------|----------------|------------------------------|----------------|------------------------------|
| | Valor em risco | Limite máximo de indenização | Valor em risco | Limite máximo de indenização |
| Responsabilidade civil | | | | |